



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Tarcísio José Massote de Godoy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 3, março 2007. 37 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

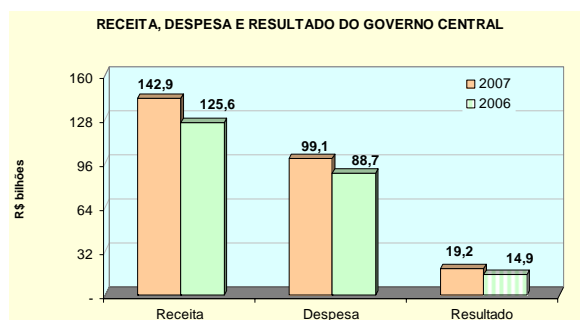
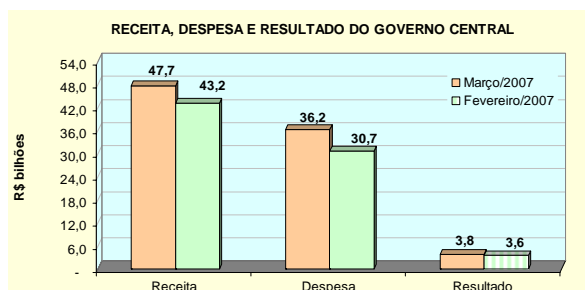
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Destaque

Em março, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,8 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões obtido no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,5 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões em fevereiro.

No ano, o resultado primário do Governo Central é 29,2% superior, em termos nominais, ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 19,2 bilhões contra R\$ 14,9 bilhões).



Sumário

Introdução, página 1

Receita, página 4

Transferência, página 5

Despesa, página 6

Previdência, página 10

Dívida, página 12

Anexos, página 24

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em março, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,8 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões obtidos no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,5 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões em fevereiro. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central, por sua vez, apresentaram déficit de R\$ 4,7 bilhões e R\$ 32,3 milhões, respectivamente. O desempenho do Governo Central em março está associado ao comportamento sazonal da receita, especialmente do IRPJ e da CSLL, devido ao encerramento do prazo legal para recolhimento do saldo desses tributos, e ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio da Petrobras (R\$ 655,3 milhões) e do Banco do Brasil (R\$ 584,4 milhões). Por outro lado, as despesas do mês cresceram devido ao pagamento de benefícios do seguro-desemprego relativos ao mês anterior, ao crescimento de outros gastos operacionais do FAT e, especialmente, ao pagamento de sentenças judiciais no valor de R\$ 4,6 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões associados a benefícios da Previdência, R\$ 1,4 bilhão a pessoal da União e R\$ 1,1 bilhão a custeio. Por fim, merece destaque o repasse em março de R\$ 975,0 milhões para estados e municípios a título de auxílio financeiro decorrente da MP nº 355/2007.

O resultado primário do Governo Central no primeiro trimestre de 2007 atinge R\$ 19,2 bilhões, R\$ 4,3 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,8%
Tesouro	13,8%
Previdência	14,0%
Transferências	11,8%
Receita Líquida	14,2%
Despesas	11,7%
Benefícios	13,7%
Pessoal	10,7%
Custeio e Capital	9,8%
PIB estimado	8,1%

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	FEV 2007	MAR 2007	JAN-MAR 2006	JAN-MAR 2007
I. RECEITA TOTAL	43.184,5	47.696,3	125.588,4	142.938,7
I.1. Receitas do Tesouro	32.613,4	37.026,6	98.519,3	112.163,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	32.720,5	37.399,9	99.793,9	113.203,8
I.1.2. (-) Restituições	-107,1	-373,3	-1.274,6	-1.040,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.436,8	10.534,0	26.716,2	30.448,0
I.3. Receitas do Banco Central	134,3	135,6	352,9	327,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.892,8	7.648,8	22.071,3	24.675,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	34.291,6	40.047,5	103.517,1	118.263,7
IV. DESPESA TOTAL	30.733,3	36.235,0	88.661,1	99.073,4
IV.1. Despesas do Tesouro	17.347,9	20.841,7	51.704,8	57.005,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.829,4	9.768,9	26.028,1	28.821,3
IV.1.2. Custeio e Capital	8.443,6	11.008,4	25.552,4	28.051,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	821,2	1.271,1	2.472,3	2.943,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	348,9	532,6	2.652,2	1.212,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.046,3	1.049,5	2.565,6	3.148,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.227,2	8.155,2	17.862,4	20.746,9
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	74,9	64,4	124,4	132,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	13.232,3	15.225,4	36.613,5	41.631,0
IV.3. Despesas do Banco Central	153,1	167,9	342,8	436,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.558,3	3.812,5	14.856,0	19.190,2
V.1. Tesouro Nacional	6.372,7	8.536,2	24.743,3	30.483,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.795,6	-4.691,4	-9.897,3	-11.183,0
V.3. Banco Central (4)	-18,8	-32,3	10,1	-109,8
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,75%	3,29%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,59%	5,23%
Previdência Social	-1,84%	-1,92%
Banco Central	0,00%	-0,02%
Governo Central	2,75%	3,29%

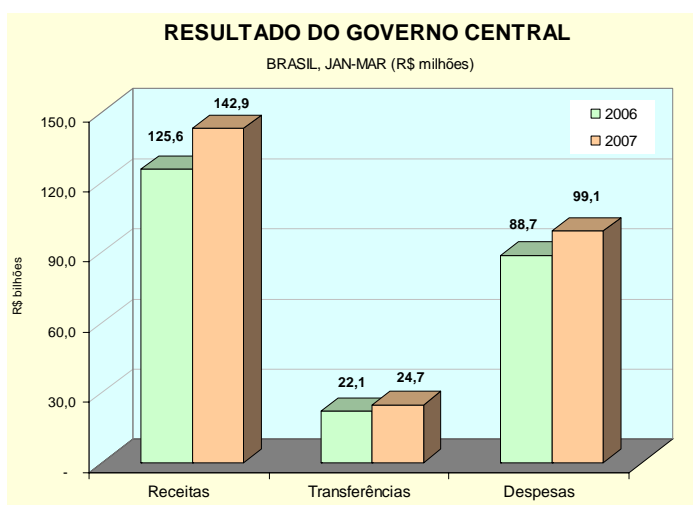
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,29%	24,53%
Transferências	4,09%	4,23%
Receita Líquida	19,19%	20,29%
Despesa Total	16,44%	17,00%
Resultado Primário	2,75%	3,29%

A arrecadação do Governo Central cresceu 13,8% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas, ao faturamento de determinados setores e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do imposto de renda e da CSLL.

As despesas cresceram relativamente menos do que as receitas (11,4%), em boa medida devido à capitalização da Emgea em 2006 sem correspondência este ano. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 10,3% e benefícios previdenciários, 13,7%.

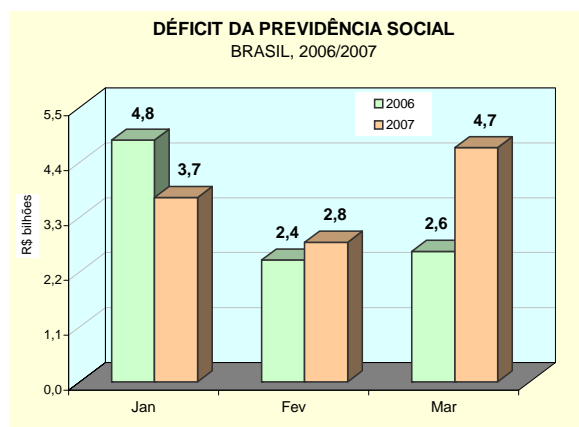
No ano, o resultado do Governo Central é 29,2% superior, em termos nominais, ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 19,2 bilhões contra R\$ 14,9 bilhões). As receitas vêm crescendo acima das expectativas de desempenho da economia e da evolução do nível de preços, mesmo após as medidas adicionais de desoneração tributária adotadas após janeiro de 2006. Com efeito, a receita total do Governo Central este ano cresceu 13,8%, ao passo que a expectativa de crescimento do PIB no trimestre, contra igual período de 2006, é de 8,1% em termos nominais. Entre os principais desempenhos, destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (20,1%), devido ao aumento na alíquota média efetiva do tributo e ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; ii) IRPF (60,4%), devido à tributação sobre ganhos de capital e depósitos judiciais em volume superior ao do primeiro trimestre de 2006; iii) IRPJ (20,3%) e a CSLL (19,3%), devido à maior recuperação de débitos em atraso (depósitos administrativos e judiciais) e ao maior volume de pagamentos relativos à declaração de ajuste – especialmente por parte das instituições financeiras. Por fim, as outras receitas cresceram 14,0%, em grande medida devido ao maior recolhimento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Petrobras no trimestre (R\$ 2,1 bilhões em 2007, contra R\$ 1,4 bilhão no ano anterior).



As transferências a estados e municípios cresceram 11,8% (R\$ 2,6 bilhões) em termos nominais, com destaque para o repasse de R\$ 978,9 milhões a título de auxílio financeiro (dos quais R\$ 975,0 milhões com efeito financeiro em março, em decorrência da MP nº 355/2007), contra R\$ 447,2 milhões no primeiro trimestre de 2006. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 10,2% (R\$ 1,8 bilhão) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (8,1%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 10,3% (R\$ 5,3 bilhões) em termos nominais, relativamente às verificadas no primeiro trimestre de 2006. Destaque para as despesas de caráter social, que crescem na esteira da recomposição do salário-mínimo (reajuste nominal de 16,67% em abril de 2006), tais como LOAS/RMV (22,7%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (19,1%). Ademais, as sentenças judiciais de custeio crescem 31,3% com relação ao observado em igual período do ano anterior. Por outro lado, as despesas com subsídios e subvenções estão inferiores em R\$ 1,4 bilhão em função da capitalização da Emgea em 2006, sem correspondência este ano (vide resultado de janeiro de 2006).

O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais no trimestre foi de 10,7% (R\$ 2,8 bilhões) em termos nominais, em relação a igual período de 2006. Além do pagamento da reestruturação das carreiras dos Poderes, contribuíram para o crescimento da folha o reajuste diferenciado concedido a algumas áreas estratégicas ao longo do ano de 2006. Por outro lado, houve redução de R\$ 489,3 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal (R\$ 2,1 bilhão em 2006, contra R\$ 1,5 bilhão até março deste ano).



Por outro lado, os gastos sociais do Tesouro Nacional cresceram relativamente mais em relação ao primeiro trimestre de 2006 do que as demais despesas da União, com destaque para LOAS/RMV (22,7%) e abono e seguro-desemprego (19,1%).

O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 11,2 bilhões até março de 2007, R\$ 1,3 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior. Destaque para o pagamento de sentenças judiciais associadas a benefícios previdenciários, R\$ 465,9 milhões (23,1%) superior ao registrado em 2006.

Por fim, o crescimento do déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação de 2006 deve-se em parte às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, R\$ 465,9 milhões (23,1%) superior ao desembolsado em igual período de 2006. Esse aumento contribuiu para o crescimento das despesas com benefícios previdenciários em 13,7%, as quais passaram de R\$ 36,6 bilhões até março do ano passado para R\$ 41,6 bilhões este ano. Por outro lado, a arrecadação líquida aumentou 14,0%, especialmente devido à elevação da massa salarial que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Ademais, foi relevante o comportamento da arrecadação do Simples, que cresceu 21,3% (R\$ 347,3 milhões) no período.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,95%	5,22%
Benefícios	6,79%	7,14%
Resultado Primário	-1,84%	-1,92%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/07	MAR/07
Impostos	14.290,3	16.662,8
Imposto de Renda	10.580,7	12.684,3
IPI	2.326,9	2.351,4
Outros	1.382,7	1.627,1
Contribuições	15.624,0	16.495,9
Cofins	7.305,1	7.397,6
CPMF	2.716,6	2.778,1
CSLL	2.475,5	2.930,4
Cide - Combustíveis	617,6	575,3
Outras	2.509,1	2.814,4
Demais	2.806,3	4.241,2
Cota parte	726,6	695,3
Diretamente Arrecadada	1.142,7	1.413,2
Dividendos da União	43,9	1.274,0
Outras	893,2	858,7
Total Bruto	32.720,5	37.399,9

Os valores referentes a retenção na fonte e reflexos foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 37,4 bilhões em março, superior em R\$ 4,7 bilhões (14,3%) à do mês de fevereiro. No mês, houve aumento na arrecadação com impostos (R\$ 2,4 bilhões), contribuições sociais (R\$ 871,9 milhões) e demais receitas (R\$ 1,4 bilhão).

Os principais fatores que afetaram positivamente o recolhimento dos impostos e contribuições sociais em março, relativamente ao mês anterior, foram: i) encerramento do prazo legal para pagamento do saldo de IRPJ e CSLL, referente à Declaração de Ajuste do ano de 2006, cuja arrecadação conjunta, em março, foi de R\$ 9,4 bilhões, contra R\$ 7,6 bilhões em fevereiro; ii) elevação da arrecadação de IRPF devido à arrecadações atípicas relativas a Depósitos Judiciais (R\$ 75 milhões) e a ganho líquido de operações em bolsa de valores (R\$ 42 milhões); e iii) aumento de R\$ 214,2 milhões (62,6%) no salário-educação, devido à arrecadação atipicamente inferior do mês de fevereiro (R\$ 342,3 milhões) observada com a transição do processo de cobrança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a Secretaria da Receita Previdenciária, conforme definido no Decreto nº 6.003/2006.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 4,2 bilhões, restando aumento de R\$ 1,4 bilhão em relação ao mês anterior. Aumento explicado, em grande medida, com as receitas advindas dos dividendos da União – incremento de R\$ 1,2 bilhão, em função do recolhimento de juros sobre capital próprio da Petrobras no valor de R\$ 655,3 milhões e do recolhimento de dividendos do Banco do Brasil no valor de R\$ 584,4 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,62%	8,24%
Imposto de Renda	5,73%	6,24%
IPI	1,18%	1,23%
Outros	0,71%	0,78%
Contribuições	8,62%	8,79%
Cofins	4,03%	3,99%
CPMF	1,37%	1,44%
CSLL	1,38%	1,53%
Cide - Combustíveis	0,33%	0,32%
Outras	1,52%	1,52%
Demais	2,26%	2,39%
Cota parte	0,76%	0,70%
Diretamente Arrecadada	0,61%	0,71%
Dividendos da União	0,41%	0,47%
Outras	0,49%	0,50%
Total Bruto	18,50%	19,43%

No primeiro trimestre de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou o equivalente a 19,4% do PIB. Em termos nominais, foi de R\$ 113,2 bilhões, registrando aumento de R\$ 13,4 bilhões (13,9%) em relação ao mesmo período de 2006, explicado pelo aumento na arrecadação de impostos (R\$ 7,0 bilhões), contribuições sociais (R\$ 4,7 bilhões) e demais receitas (R\$ 2,1 bilhões). Os seguintes fatores concorrem para esse desempenho:

1. recolhimento adicional de R\$ 3,1 bilhões (20,3%) no IRPJ e de R\$ 1,4 bilhão (19,3%) na CSLL explicado pela elevação na arrecadação devido, entre outros fatores, ao incremento na arrecadação relativa à Declaração de Ajuste e maior volume de depósitos administrativos e judiciais;
2. acréscimo de R\$ 1,7 bilhão no IRRF. Destacam-se o crescimento de 18,8% no IRRF-Remessas ao Exterior, em função de um maior volume de remessas a juros e comissões em geral, e o crescimento de 27,6% no IRRF-Outros

Rendimentos devido ao crescimento observado nos itens remuneração de serviços prestados por pessoas jurídicas e prêmios obtidos em concurso;

3. acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (7,0%) na arrecadação da Cofins, principalmente em função da retomada do recolhimento regular das entidades financeiras e aumento de R\$ 517,1 milhões (8,9%) na arrecadação do PIS/PASEP, particularmente afetada pelo recolhimento atípico no setor de seguros;
4. acréscimo de R\$ 761,5 milhões (11,9%) na arrecadação do IPI decorrente da conjugação dos seguintes fatores: elevação de 10,9% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, aumento de 18,8% no volume de vendas de automóveis no mercado interno e crescimento da arrecadação em setores específicos, principalmente, os de metalurgia e fabricação de veículos automotores; e
5. aumento de R\$ 617,9 milhões (60,4%) no recolhimento do IRPF decorrente do comportamento da arrecadação relativa aos itens ganho de capital na alienação de bens, ganho líquido de operações em bolsa de valores e depósitos judiciais.

Até março de 2007, as demais receitas somaram R\$ 13,9 bilhões, contra R\$ 12,2 bilhões em idêntico período de 2006, apresentando aumento de 14,0%. Esse resultado foi decorrente dos dividendos pagos à União, que passaram de R\$ 2,2 bilhões em 2006 para R\$ 2,7 bilhões em 2007, destacando os recolhimentos da Petrobras, que passaram de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 2,1 bilhões em 2007. Também contribuiu para esse resultado a receita diretamente arrecadada pelos órgãos da administração pública federal, que registrou aumento de R\$ 887,9 milhões (27,2%), em parte devido ao aumento de 55% nos depósitos judiciais e à recuperação de débitos de exercícios anteriores em conformidade com a MP nº 303/2006.

Em março, as transferências a estados e municípios apresentaram queda de R\$ 1,2 bilhão, totalizando R\$ 7,6 bilhões contra R\$ 8,9 bilhões em fevereiro. Contribuíram para essa redução os seguintes efeitos, tipicamente sazonais: i) a diminuição de R\$ 1,1 bilhão nos repasses constitucionais, em parte pela menor arrecadação do IR e IPI verificada no último decêndio de fevereiro, base de cálculo das transferências para o mês de março; e ii) redução de R\$ 987,4 milhões no repasse dos recursos provenientes da participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural – uma vez que a transferência de fevereiro refletiu o recolhimento, concentrado ao final de janeiro, relativo ao último trimestre de 2006.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	1.440,6	2.070,7
Banco do Brasil	633,0	584,4
ECT	91,9	-
IRB	39,0	-
Serpro	-	29,4
BASA	-	9,0
FND	-	32,2
Demais	9,0	8,3
Total	2.213,4	2.734,0

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/07	MAR/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.853,1	5.707,8
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	-	975,0
Demais	2.039,7	965,9
Total	8.892,8	7.648,8

Por outro lado, destaca-se a transferência de R\$ 975 milhões com o objetivo de fomentar as exportações, de acordo com os critérios previstos na MP nº 355/2007, bem como o repasse de R\$ 200,1 milhões a título de complementação da União ao Fundeb sem correspondência no mês de fevereiro, conforme estabelecido na MP nº 339/2006.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)

BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	FEV/07	MAR/07
Terceiro Decênio	8.959,2	6.619,1
Primeiro Decênio	4.012,8	3.588,8
Segundo Decênio	2.091,1	2.287,4
Total	15.063,1	12.495,2

Comparativamente ao primeiro trimestre de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram em seu conjunto um acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (11,8%), somando R\$ 24,7 bilhões até 2007. Como proporção do PIB, elas atingiram 3,25% pontos percentuais, patamar ligeiramente superior ao observado no primeiro trimestre de 2006 (3,19% do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 1,8 bilhão (10,2%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI). No mesmo sentido, aumentaram os repasses provenientes da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural em R\$ 53,1 milhões, em linha com a elevação do preço do petróleo no período. Ressaltam-se também os efeitos da MP nº 355/2007, ampliando em R\$ 531,7 milhões nesse primeiro trimestre as transferências relativas à Lei Complementar nº 115, de 2002.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,19%	3,25%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,08%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,08%	0,17%
Demais	0,74%	0,73%
Total	4,09%	4,23%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em março, as despesas do Tesouro aumentaram 20,1% relativamente a fevereiro em função do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de natureza alimentícia de pessoal e encargos sociais e de sentenças judiciais de custeio e capital.

Em março, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,8 bilhões, apresentando incremento de R\$ 3,5 bilhões (20,1%) relativamente a fevereiro. Este aumento pode ser explicado, em grande parte, pela concentração do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal e encargos sociais (R\$ 1,4 bilhão) e de sentenças judiciais referentes a despesas de custeio e capital (R\$ 1,1 bilhão). Houve, também, crescimento em relação ao mês anterior das despesas discricionárias do Poder Executivo e dos dispêndios com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no montante de R\$ 595,0 milhões e R\$ 449,9 milhões, respectivamente.

Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 9,8 bilhões, contra R\$ 8,8 bilhões em fevereiro. O acréscimo de R\$ 939,5 milhões (10,6%) decorreu, em grande medida, da mencionada concentração de pagamento de precatórios e sentenças de natureza alimentícia no montante de R\$ 1,4 bilhão, ante R\$ 133,5 milhões no mês anterior.

Os gastos com custeio e capital passaram de R\$ 8,4 bilhões, em fevereiro, para R\$ 11,0 bilhões no mês em análise, refletindo crescimento de R\$ 2,6 bilhões (30,4%). As despesas relativas ao seguro-desemprego, abono salarial e

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/07	MAR/07
Pessoal e Encargos	8.829,4	9.768,9
Custeio e Capital	8.443,6	11.008,4
Despesas do FAT	821,2	1.271,1
Subsídios e Subvenções ¹	348,9	532,6
LOAS/RMV	1046,3	1049,5
Outras	6.227,2	8.155,2
Transferência ao Bacen	74,9	64,4

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

gastos operacionais do FAT totalizaram R\$ 1,3 bilhão em março, frente a R\$ 821,2 milhões no mês anterior, em função do pagamento, em março, de lotes de seguro-desemprego relativos ao mês anterior no montante de R\$ 210,9 milhões.

Os subsídios e subvenções econômicas apresentaram aumento de R\$ 183,7 milhões em março, não obstante a redução de R\$ 204,5 milhões nos dispêndios com o Programa de Sustentação de Preços. No mês, tiveram destaque os gastos com Programa de Incentivo às Exportações (Proex), que atingiram R\$ 147,2 milhões, ao passo que em fevereiro houve recebimento líquido de R\$ 131,2 milhões.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 8,1 bilhões em março, contra R\$ 6,2 bilhões no mês anterior (aumento nominal de R\$ 1,9 bilhão, representando crescimento de 31,0% em relação a fevereiro). Houve elevação de R\$ 1,1 bilhão nas despesas de sentenças judiciais, devido à concentração do pagamento dos precatórios de custeio no mês, obedecendo ao cronograma estabelecido pelo Conselho de Justiça Federal. Os gastos executados por meio de créditos extraordinários apresentaram acréscimo de R\$ 128,0 milhões, atingindo R\$ 361,5 milhões em março. Por sua vez, os dispêndios com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) passaram de R\$ 125,6 milhões, em fevereiro, para R\$ 208,3 milhões em março.

As despesas discricionárias apresentaram elevação de R\$ 595,0 milhões (10,9%), acréscimos estes concentrados principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (R\$ 203,8 milhões), do Trabalho e Emprego (R\$ 134,5 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 77,1 milhões) e da Educação (R\$ 67,3 milhões). Verificou-se redução principalmente nos gastos com o Ministério da Saúde (R\$ 300,6 milhões). No mês, destaque para os gastos com emissão de títulos da dívida agrária (TDA) para fins de reforma agrária, no montante de R\$ 174,2 milhões, sem contrapartida em fevereiro.

No primeiro trimestre de 2007, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,78% do PIB, contra 9,59% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 5,3 bilhões (10,3%) em relação a 2006, acima do crescimento do PIB nominal no período (8,0%). Destacam-se os incrementos de R\$ 2,8 bilhões (10,7%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 2,5 bilhões (9,8%) nas despesas de custeio e capital.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	FEV/07	MAR/07
Agricultura	413.5	251.5
Custeio Agropecuário	99.0	89.6
Investimento Rural	0.0	0.1
Preços Agrícolas	219.7	118.4
- EGF	0.4	0.4
- AGF	(105.2)	(2.0)
- Sustentação de preços	324.5	120.0
Pronaf	80.2	29.9
Pesa	14.6	13.6
Cacau	-	-
Fundo da Terra/Incra	19.4	27.9
Outras áreas	(164.6)	107.6
Habituação (PSH)	-	-
Exportação (Proex)	(131.2)	147.2
FND (BNDES)	(52.8)	(67.6)
Total	248.9	359.1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	FEV/07	MAR/07
Sentenças Judiciais	11.2	1.086.6
Legislativo/Judiciário	346.2	421.6
Crédito Extraordinário	233.5	361.5
Projeto Piloto de Investimento ³	125.6	208.3
Outras Obrigatórias ¹	53.9	25.4
Discionárias ²	5.456.8	6.051.9
d/q Min. do Des. Agrário	42.5	246.3
Min. do Trabalho e Emprego	25.5	160.0
Min. do Des. Social	754.8	831.9
Min. da Educação	507.9	575.2
Min. da Justiça	61.0	98.6
Min. da Previdência	57.6	88.7
Min. da Ciência e Tecnologia	192.1	169.0
Min. do Des. Ind. e Comércio	33.0	7.6
Min. da Saúde	3.098.5	2.798.0
Demais	683.9	1.076.3
Total	6.227.2	8.155.2

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

Os dispêndios com a folha salarial apresentam sinais de crescimento nos primeiros três meses do ano, passando de 4,83% do PIB, em 2006, para 4,95% do PIB, em 2007. Em termos nominais, a elevação de R\$ 2,8 bilhões (10,7%) em relação ao ano anterior decorreu, em grande medida, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Além disso, contribuíram para o aumento das despesas o reajuste diferenciado concedido a algumas carreiras estratégicas do setor público ao longo do ano de 2006. Por outro lado, deve-se registrar o pagamento de R\$ 2,1 bilhões em precatórios e sentenças judiciais no ano de 2006, frente à despesa de R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 2007, decréscimo de R\$ 489,3 milhões (23,2%).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4.83%	4.95%
Custeio e Capital	4.74%	4.81%
Despesas do FAT	0.46%	0.51%
Subsídios e Subvenções ¹	0.49%	0.21%
LOAS/RMV	0.48%	0.54%
Outras	3.31%	3.56%
Transferência ao Bacoen	0.02%	0.02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas do FAT atingiram R\$ 2,9 bilhões no primeiro trimestre de 2007, contra R\$ 2,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. Para tal comportamento contribuíram o aumento real do salário mínimo sobre os gastos com seguro-desemprego, bem como a elevação do emprego formal, inclusive nas faixas de renda passíveis de percepção do benefício do abono salarial.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 583,0 milhões (22,7%) em relação ao acumulado até março de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que tem sido da ordem de 10%-15%, nos últimos anos. O programa tem alcançado crescente cobertura da população, que já ultrapassa 2,5 milhões de pessoas beneficiadas ao mês.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	589.4	933.0
Custeio Agropecuário	33.9	189.3
Investimento Rural	300.4	4.8
Preços Agrícolas	190.5	500.8
- EGF	0.8	0.8
- AGF	11.7	-94.5
- Sustentação de preços	178.0	594.5
Pronaf	-129.1	136.8
Pesa	112.2	30.4
Cacau	0.6	0.0
Securitização	0.0	0.0
Fundo da Terra/Incra	80.8	70.9
Outros	-144.1	-181.9
Habitação (PSH)	6.4	0.0
FND	-129.4	-162.0
Exportação (Proex)	-21.1	-19.9
Total	445.3	751.1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
² Dados revisados

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-mar/06	2.315.386		1.086.712		1.228.674	
média jan-mar/07	2.500.220	8%	1.197.257	10%	1.302.963	6%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos passaram de R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2006 para R\$ 1,2 bilhão em 2007, representando queda de 54,3%. A maior parte deste decréscimo refere-se a despesas com aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que totalizou R\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2006, sem contrapartida em 2007.

No que se refere aos subsídios aos fundos regionais, estes totalizaram R\$ 461,8 milhões no acumulado até março de 2007, contra R\$ 724,5 milhões no mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o maior provisionamento

do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), como resultado da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005, que facultou ao banco administrador utilizar nas operações de risco integral ou compartilhado as mesmas normas utilizadas pelo sistema financeiro para constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa e para reconhecimento de prejuízos (Resolução CMN nº 2.682, de 28/12/99).

Na rubrica “outras despesas de custeio e capital”, verificou-se incremento de R\$ 2,9 bilhões (16,1%) em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. A execução de despesas por conta de créditos extraordinários aumentou em R\$ 791,1 milhões (250,4%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R\$ 265,3 milhões (31,3%) com sentenças judiciais. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) totalizaram R\$ 504,9 milhões em 2007, contra R\$ 387,7 milhões no ano anterior.

As despesas discricionárias cresceram R\$ 1,5 bilhão (10,0%), dos quais R\$ 668,8 milhões corresponderam à despesa com o Ministério da Saúde. Houve também crescimento significativo nos gastos dos Ministérios da Educação (R\$ 282,9 milhões), Defesa (R\$ 237,2 milhões), Desenvolvimento Agrário (R\$ 221,8 milhões) e Ciência e Tecnologia (R\$ 135,7 milhões), compensado pelo menor dinamismo em outros órgãos.

Com relação à execução de restos a pagar (RP) nos três primeiros meses do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 481 bilhões, 17,9% a mais que no mesmo período do ano anterior. Foram pagos 24,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até março, R\$ 1,9 bilhão referem-se a despesas com investimentos (contra R\$ 1,8 bilhão em 2006), correspondentes a um percentual de execução de 14,0% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 479,4 milhões) e da Saúde (R\$ 416,9 milhões).

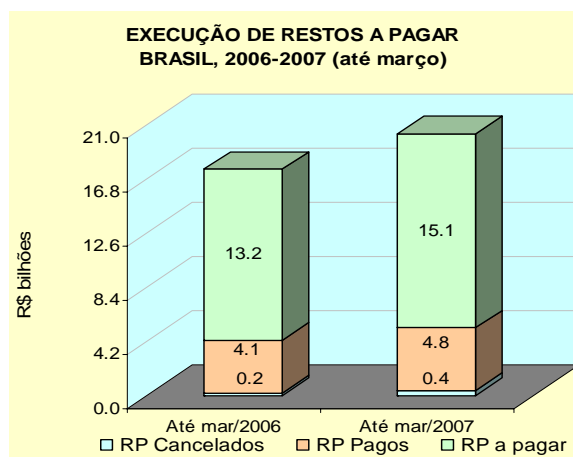
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	848.1	1.113.4
Legislativo/Judiciário	1.024.4	1.170.4
Crédito Extraordinário	315.9	1.107.0
Projeto Piloto de Investimento ³	387.7	504.9
Outras Obrigatórias ¹	75.1	113.7
Discricionárias ²	15.211.1	16.737.6
d/q Min. da Saúde	8.031.1	8.699.9
Min. do Des. Social	1.784.3	2.125.8
Min. da Educação	1.390.9	1.663.8
Min. da Defesa	624.8	862.0
Min. do Des. Agrário	143.3	365.1
Min. da Ciência e Tecnologia	379.2	514.9
Min. da Integração Nacional	216.6	167.1
Cap. da Prestidância	176.8	126.8
Min. dos Transportes	422.2	315.9
Demais	2.052.0	1.896.4
Total	17.862.4	20.746.9

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

Foram pagos, até março, 24,3% do total de restos a pagar (RP) inscritos.



Previdência Social

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,7 bilhões. No trimestre, o déficit atingiu R\$ 11,2 bilhões.

Em março, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,7 bilhões, superior em R\$ 1,9 bilhão ao registrado em fevereiro (aumento de 67,8%). Essa elevação do déficit primário se explica essencialmente por um fator conjuntural: o pagamento, em março, de R\$ 2,1 bilhões em precatórios referentes a benefícios previdenciários, frente a R\$ 186,8 milhões em despesas da mesma natureza efetuadas no mês anterior. No primeiro trimestre do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 11,2 bilhões, contra R\$ 9,9 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 13,0%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	10.436,8	10.534,0	26.716,2	30.448,0
Arrecadação Bruta	11.308,3	11.650,7	29.497,0	33.906,6
- Contribuição Previdenciária	10.548,4	10.623,8	27.122,6	31.156,4
- Simples	577,7	609,9	1.630,0	1.977,3
- CFT	42,1	67,1	194,3	158,9
- Depósitos Judiciais	99,7	308,9	424,2	476,1
- Refis	21,6	19,5	74,0	65,3
- Outras Receitas	18,6	21,5	51,8	72,7
(-) Restituição/Devolução	-39,1	-58,0	-85,9	-114,5
(-) Transferências a Terceiros	-832,4	-1.058,7	-2.695,0	-3.344,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	13.232,3	15.225,4	36.613,5	41.631,0
Benefícios Previdenciários	13.232,3	15.225,4	36.613,5	41.631,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.795,6	-4.691,4	-9.897,3	-11.183,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,84%	-1,92%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	26.716,2	30.448,0	14,0%
Benefícios	36.613,5	41.631,0	13,7%
Resultado Primário	-9.897,3	-11.183,0	13,0%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou em março R\$ 10,5 bilhões, representando elevação de R\$ 97,2 milhões (0,9%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 3,7 bilhões (14,0%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação de contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 27,1 bilhões para 31,2 bilhões (elevação de 14,9%), explicada principalmente pela elevação da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a fevereiro de 2007 foi 13,1% superior à verificada no período correspondente de 2006.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,6	2,3%
Valor médio RGPS**	494,9	536,2	8,3%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram, em março, aumento de R\$ 2,0 bilhões (15,1%) com relação ao mês anterior. Esse incremento é explicado essencialmente pelas despesas com precatórios judiciais, que totali-

zaram R\$ 2,1 bilhões em março, contra R\$ 186,8 milhões em fevereiro. Relativamente aos três primeiros meses de 2006, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 5,0 bilhões (13,7%), em proporção próxima à do crescimento da receita.

No estoque de benefícios do primeiro trimestre de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 361,0 mil aposentadorias (2,7%) e de 134,6 mil pensões por morte (2,3%) e a redução de 2,0 mil benefícios de auxílio-doença (0,1%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

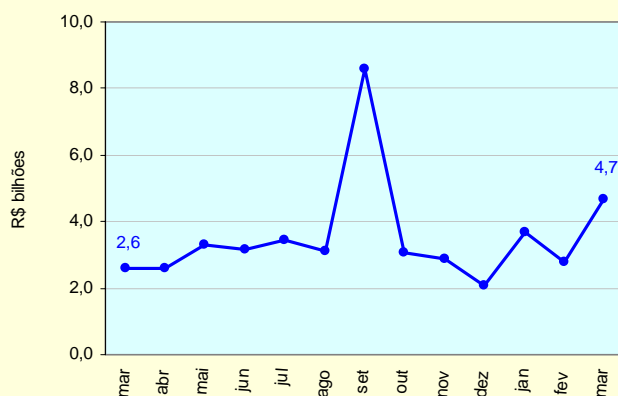
	Em mil benefícios				
	MAR		MAR	JAN-MAR	
	2006	2007	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	21.109	21.609	21.638	21.122	21.614
Previdenciários	20.370	20.881	20.911	20.377	20.886
Aposentadorias	13.157	13.481	13.501	13.123	13.481
Idade	6.731	6.938	6.951	6.715	6.938
Invalidez	2.703	2.738	2.737	2.695	2.738
Tempo de contribuição	3.723	3.805	3.813	3.713	3.806
Pensão por morte	5.816	5.939	5.948	5.803	5.938
Auxílio-Doença	1.325	1.392	1.391	1.380	1.395
Salário - maternidade	39	35	35	38	36
Outros	33	35	35	33	35
Acidentários	739	728	727	746	728
Aposentadorias	145	147	147	145	147
Pensão por morte	130	129	129	130	129
Auxílio - doença	107	96	96	114	96
Auxílio - acidente	268	270	270	268	270
Auxílio - suplementar	88	86	85	89	86

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

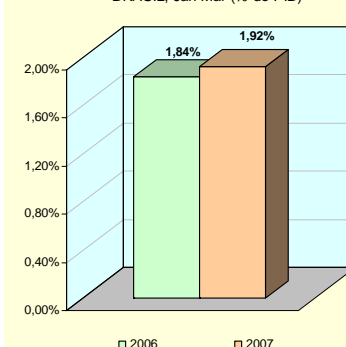
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,95%	5,22%
Benefícios	6,79%	7,14%
Resultado Primário	-1,84%	-1,92%

Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, o déficit primário do RGPS no trimestre totalizou R\$ 11,2 bilhões, equivalentes a 1,92% do PIB do período e 13,0% superior ao déficit registrado nos três primeiros meses de 2006 (R\$ 9,9 bilhões, correspondentes a 1,84% do PIB).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006/2007



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Mar (% do PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 631,9 bilhões, superando em R\$ 15,9 bilhões o saldo observado no mês anterior. Como proporção do PIB, o aumento da Dívida Líquida do Tesouro Nacional foi da ordem de 0,5 ponto percentual, passando a 26,7% do PIB acumulado em 12 meses. Essa elevação é explicada principalmente pela emissão líquida de títulos no mercado interno de R\$ 10,6 bilhões, além do efeito da apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi. A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 5,0 bilhões, associada à diminuição do estoque avaliado em moeda estrangeira à apreciação cambial ocorrida no mês.

Em março, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 631,9 bilhões, o equivalente a 26,7% do PIB acumulado em doze meses.

TABELA 4			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2006/2007			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	401.588	478.675	499.643
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.019.527	1.128.418	1.151.278
Dívida Contratual da STN	-450.573	-460.444	-461.406
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-167.365	-189.300	-190.230
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	151.723	137.301	132.276
Dívida Mobiliária em Poder do Público	126.066	107.652	104.049
Títulos Depositados em Garantia	-3.030	0	0
Dívida Contratual	28.995	29.937	28.506
Disponibilidades	-308	-288	-280
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	553.311	615.976	631.919
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,2%	26,2%	26,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de março com saldo de R\$ 499,6 bilhões, superior ao de fevereiro em R\$ 21,0 bilhões, aumento esse equivalente a 0,8 ponto percentual do PIB. A dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 22,9 bilhões, influenciada tanto pelas emissões líquidas no mês como pela apropriação por competência dos juros nominais. Por sua vez, os haveres contratuais líquidos aumentaram R\$ 1,9 bilhão, com destaque para o crescimento do saldo da arrecadação a recolher, em R\$ 1,2 bilhão, dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/97, em R\$ 817,7 milhões, e do FAT, em R\$ 707,1 milhões.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 MAR	2007 FEV	2007 MAR
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	401.588	478.675	499.643
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.019.527	1.128.418	1.151.278
LFT	457.330	423.794	410.836
LTN	280.715	329.681	349.062
NTN-B	142.531	178.239	184.053
NTN-C	65.042	66.565	66.658
NTN-D	3.736	1.256	1.232
NTN-F	13.068	69.767	79.997
Demais	35.793	33.972	33.647
Dívida Securitizada	17.905	20.935	21.452
TDA	3.407	4.209	4.341
DÍVIDA CONTRATUAL	-617.939	-649.743	-651.636
<i>Tesouro Nacional</i>	-450.573	-460.444	-461.406
Dívida Bancária	24.579	23.784	23.965
Lei nº 7.976/89	-5.319	-3.017	-2.904
Lei nº 8.727/93	-47.461	-46.418	-46.527
Lei nº 9.496/97	-253.806	-268.058	-268.875
Renegociação Dívidas Municipais	-38.719	-41.249	-40.956
Demais Haveres da STN	-129.847	-125.487	-126.108
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-167.365	-189.300	-190.230
FAT	-119.582	-133.263	-133.970
Demais Entidades	-47.784	-56.036	-56.260
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,5%	48,0%	48,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-28,2%	-27,6%	-27,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-20,6%	-19,6%	-19,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	18,3%	20,4%	21,1%

A Dívida Interna Líquida encerrou o mês de março em R\$ 499,6 bilhões, o equivalente a 21,1% do PIB.

Em março, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 52,3 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 41,8 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 10,6 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 51,2 bilhões, sendo: i) R\$ 23,1 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2007, abril de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 12,7 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2010 e março de 2012; iii) R\$ 9,2 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 6,2 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2011, 2015, 2035 e 2045, agosto de 2024 e novembro de 2009.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1,0 bilhão, sendo as mais importantes: i) R\$ 681,9 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - séries A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; ii) R\$ 174,2 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações de desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 97,3 milhões em CFT-E1 para o Fies ; e iv) R\$ 81,1 milhões em NTN-I para o Proex.

Emissões e Resgates

Em março, as emissões líquidas da DPMFi totalizaram R\$ 10,6 bilhões, com destaque para as LTN e as NTN-F.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, MAR/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	51.230,1	1.034,4	63,1	52.327,6
LFT	12.725,5	0,0	9,9	12.735,4
LTN	23.098,8	0,0	22,6	23.121,4
NTN-B	6.193,1	0,0	18,9	6.212,0
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	9.212,7	0,0	11,7	9.224,4
TDA	0,0	174,2	0,0	174,2
Securitizada*	0,0	681,9	0,0	681,9
Demais	0,0	178,3	0,0	178,3
II. RESGATES**	40.117,7	1.608,6	25,9	41.752,1
LFT	29.521,9	653,1	7,4	30.182,4
LTN	7.613,9	0,0	7,5	7.621,4
NTN-B	2.379,4	199,1	6,0	2.584,5
NTN-C	602,5	31,2	1,8	635,6
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	3,1	3,1
TDA	0,0	75,5	0,0	75,5
Securitizada*	0,0	305,7	0,0	305,7
Demais	0,0	343,8	0,0	343,8
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	11.112,5	-574,1	37,2	10.575,5

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em março, as emissões do programa Tesouro Direto atingiram R\$ 63,1 milhões. Os títulos mais demandados pelos investidores foram os prefixados, representando 54,31% do montante vendido. Destes, a LTN apresentou participação de 35,79% e a NTN-F de 18,52%, enquanto a participação da NTN-B foi de 29,98% e a da LFT foi de 15,71%.

Com relação ao número de investidores cadastrados, este foi superior ao de fevereiro em 31,22%, alcançando em março o número de 2.618. O número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 80.892 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 63,1 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 22,6 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 18,9 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 11,7 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 9,9 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados atingiu R\$ 41,8 bilhões em março, sendo R\$ 32,4 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 9,4 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 5,2 bilhões em LTN aceitas no leilão de troca desse título; ii) R\$ 2,5 bilhões em NTN-B, R\$ 509,0 milhões em NTN-C e R\$ 6,3 milhões em LFT aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iii) R\$ 1,2 bilhão em LFT aceitas no leilão de troca desse título.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 1,87 ponto percentual na participação de títulos prefixados, devido às emissões líquidas de LTN e NTN-F no valor de R\$ 15,5 bilhões e R\$ 9,2 bilhões, respectivamente. A participação de títulos indexados à taxa Selic apresentou

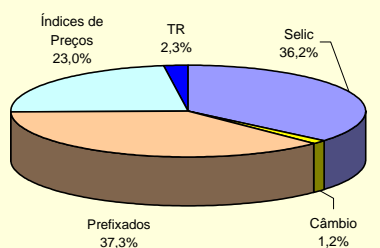
redução de 1,89 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 17,4 bilhões.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006		2007
	MAR	FEV	MAR
Selic	45,63	38,07	36,19
Câmbio	1,68	1,25	1,19
Prefixados	28,86	35,44	37,31
Índices de Preços	21,77	22,92	22,98
TR	2,07	2,32	2,33

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, MAR/2007



Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 1,87 ponto percentual, enquanto os papéis remunerados pela taxa Selic reduziram-se em 1,89 ponto percentual.

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se de 13,99% a.a., em fevereiro, para 13,02% a.a., em março, devido à apreciação do real frente ao dólar americano (de 0,31% em fevereiro para 3,2% em março) e da menor variação do IPCA (0,37%, em março, contra 0,44%, em fevereiro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu de 14,14% a.a., em fevereiro, para 13,63% a.a., em março.

Custo Médio

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

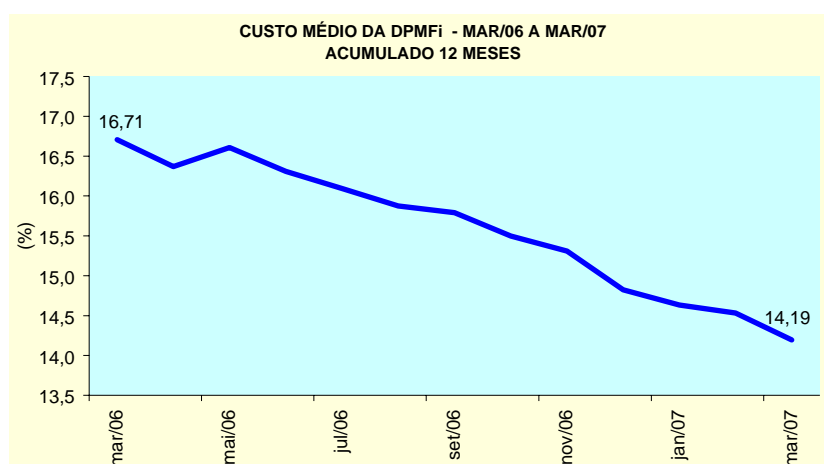
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 13,99% a.a. em fevereiro para 13,02% a.a. em março.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 14,53% a.a., em fevereiro, para 14,19% a.a., em março, em virtude da apreciação do real frente ao dólar americano (3,2%, em março de 2007, contra a

depreciação de 1,51%, no mesmo mês do ano anterior) e da redução da taxa Selic (1,05%, em março de 2007, contra 1,42%, no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 14,19% a.a., apresentando redução de 0,34 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

O prazo médio da DPMFi em poder do público passou de 31,64 meses em fevereiro para 31,88 meses em março.

Em março, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,24 mês, passando de 31,64 meses para 31,88 meses. Contribuíram para essa elevação: i) o elevado resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 17,4 bilhões, com prazo médio inferior ao de seu estoque, que resultou no aumento de 1,17 mês no prazo médio desse título; e ii) a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 3,6 bilhões, com prazo médio de emissão superior ao prazo médio de seu estoque, que aumentou o prazo médio desses títulos em 0,13 mês. A vida média também se elevou, ao passar de 47,16 meses em fevereiro para 47,62 meses em março.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	2006		2007
	MAR	FEV	MAR
LFT	18,63	21,75	22,92
LTN	9,83	10,03	9,69
NTN-B	59,19	57,89	58,02
NTN-C	79,86	81,66	81,14
NTN-D	12,27	15,77	14,77
TDA	61,90	58,80	58,65
Dívida Securitizada*	86,58	87,14	86,58
Demais	79,04	55,08	53,23
TOTAL	29,45	31,64	31,88

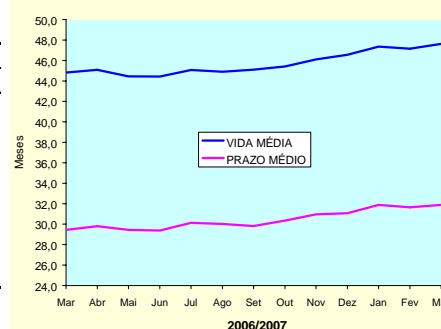
(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)		
		TOTAL	OF. PUB. (3)	
2006	Mar	44,83	29,45	24,43
	Abr	45,09	29,79	24,83
	Mai	44,46	29,44	24,44
	Jun	44,43	29,38	24,55
	Jul	45,07	30,12	25,27
	Ago	44,89	30,01	25,22
	Set	45,10	29,82	25,11
	Out	45,42	30,35	25,76
	Nov	45,11	30,96	26,56
	Dez	46,55	31,06	26,72
	2007	Jan	47,35	31,88
Fev		47,16	31,64	27,42
Mar		47,62	31,88	27,75

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de março de 2007 em R\$ 132,3 bilhões, o que representou redução de 3,7% em relação ao saldo do mês anterior, explicada – em parte – pela apreciação do real frente ao dólar americano em 3,2%. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou redução de 0,5%, devido ao cancelamento dos títulos da DPFe recomprados no Programa de Resgate Antecipado, não obstante a emissão em reabertura do bônus *Global BRL 2028* no valor de R\$ 750 milhões.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO¹⁾
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	MAR	FEV	MAR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	126.066	107.652	104.049
Bônus de Renegociação	14.535	459	413
Bônus de Captação	111.531	107.193	103.637
II. DÍVIDA CONTRATUAL	28.995	29.937	28.506
Organismos Multilaterais	20.640	24.239	23.330
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.656	5.698	5.177
Clube de Paris	1.699	0	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	155.061	137.589	132.556
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.030	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-308	-288	-280
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	151.723	137.301	132.276
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,9%	5,8%	5,6%

1) Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

Em março, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 132,3 bilhões, o equivalente a 5,6% do PIB.

Boxe 3 – Brasil reabre bônus denominados em reais no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou no dia 20 de março a reabertura do bônus *Global BRL 2028*, emitindo R\$ 750 milhões, aproximadamente US\$ 361 milhões, neste que é o terceiro título denominado em reais ofertado ao mercado externo. A emissão está em consonância com a estratégia estabelecida pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) 2007 de realizar emissões de natureza qualitativa visando consolidar a curva de juros externa denominada em reais. O bônus foi vendido ao preço de 99,75% do seu valor de face, resultando em *yield* de 10,28% a.a.. O investidor receberá cupom de juros de 10,25% a.a., pagos semestralmente nos dias 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, até o vencimento do título em janeiro de 2028.

A *yield* de reabertura do *Global BRL 2028* foi a menor dentre as emissões em reais já feitas pelo Tesouro Nacional, fato particularmente relevante quando se considera que este papel tem um prazo bastante superior aos demais bônus em reais já emitidos. Este resultado altamente positivo da emissão foi influenciado pelo ambiente de confiança do investidor estrangeiro, que pode ser expresso pelos mais baixos níveis históricos do risco-país.

O serviço da DPFe em março totalizou R\$ 2,7 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão refere-se ao pagamento de principal e R\$ 931,8 milhões ao pagamento de juros e encargos. Cabe destacar que os pagamentos de principal no âmbito do Programa de Resgate Antecipado perfizeram R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 369,6 milhões referem-se ao *Global A-Bond* e R\$ 218,0 milhões ao *Global 2040*.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, MAR/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.811,1	931,8	2.742,9
I.1. Organismos Multilaterais	199,8	99,1	298,8
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	386,0	46,9	433,0
I.3. Dívida Mobiliária	1.225,3	785,9	2.011,2
Pagamento Normal	32,5	496,0	528,4
BIB	32,5	13,7	46,2
Euro 2009	0,0	82,7	82,7
Global 2008	0,0	70,5	70,5
Global 2009	0,0	15,5	15,5
Global 2015	0,0	176,9	176,9
Global 2030	0,0	132,5	132,5
Outros Encargos	0,0	4,3	4,3
Recompras - STN	1.192,8	289,9	1.482,7
Global A-Bond	369,6	44,6	414,2
Global 2009	16,6	2,3	18,9
Global 2010	41,5	6,3	47,8
Global 2011	31,1	5,6	36,7
Global 2012	83,1	19,1	102,2
Global 2019	93,4	24,5	117,9
Global 2024	66,4	19,4	85,8
Global 2025	141,2	37,1	178,3
Global 2027	12,5	5,6	18,1
Global 2030	36,3	27,4	63,7
Global 2034	83,1	19,9	103,0
Global 2040	218,0	78,0	296,0

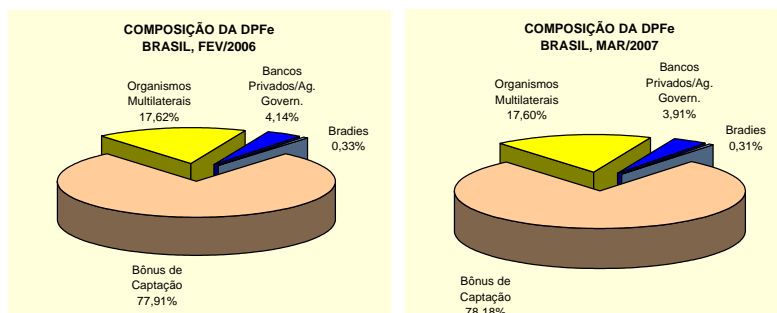
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Os pagamentos de principal e juros da DPFe totalizaram R\$ 2,7 bilhões em março, dos quais R\$ 1,5 bilhão refere-se ao Programa de Recompra do Tesouro Nacional.

Composição

Em relação à composição da DPFe, houve discreto aumento da participação dos Bônus de Captação de 77,9% em fevereiro para 78,2% em março, devido à reabertura do bônus *Global BRL 2028*. Considerando-se o estoque da DPFe com juros nominais apropriados por competência, o aumento seria de 78,0% para 78,4%, pela mesma explicação.

Em relação ao mês anterior, os bônus de captação aumentaram 0,3 ponto percentual, devido à reabertura do Global BRL 2028



O prazo médio da dívida externa mobiliária em março ficou em 6,25 anos, contra 6,30 anos em fevereiro. Esta redução deve-se principalmente ao cancelamento dos bônus recomprados até fevereiro pelo Tesouro Nacional no âmbito do Programa de Resgate Antecipado de títulos da DPFe. A vida média também apresentou ligeira redução, ao passar de 14,23 anos em fevereiro para 14,16 anos em março. O custo médio da dívida mobiliária externa acumulado em 12 meses totalizou 6,96%.

Custo e Prazo Médios

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	MAR	FEV	MAR
PRAZO MÉDIO (1)	5,98	6,30	6,25
Bônus de Renegociação	5,58	2,90	3,12
Bônus de Captação	6,03	6,31	6,26
Globais	6,62	6,82	6,77
Euros	3,56	3,71	3,62
Reais	5,77	6,72	6,83
Demais	1,08	0,22	0,13
VIDA MÉDIA (2)	13,42	14,23	14,16
Bônus de Renegociação	9,73	6,54	6,46
Bônus de Captação	13,90	14,26	14,19
Globais	15,89	16,19	16,12
Euros	4,99	4,90	4,82
Reais		13,38	13,94
Demais	1,27	0,55	0,47
CUSTO MÉDIO (3)	(10,54)	12,37	6,96
Bônus de Renegociação	(13,93)	5,00	(0,05)
Bônus de Captação	(10,04)	12,49	6,99
Globais	(9,24)	9,86	4,37
Euros	(16,51)	21,34	13,60
Reais	-	13,15	12,82
Demais	(21,17)	10,10	5,34

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em março, o prazo médio da DPFe foi de 6,25 anos, ao passo que o custo médio acumulado em 12 meses totalizou 6,96% a.a..

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Março 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Março 2006/2007

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. RECEITA TOTAL	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8	46.788,6	42.710,6	57.611,4	52.058,0	43.184,5	47.696,3
I.1. Receitas do Tesouro	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8	36.352,6	32.100,4	40.036,7	42.523,7	32.613,4	37.026,6
I.1.1. Receita Bruta	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.083,3	32.720,5	37.399,9
- Impostos	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3	14.290,3	16.662,8
- Contribuições	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0	15.624,0	16.495,9
- Demais ¹	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.870,1	2.806,3	4.241,2
I.1.2. (-) Restituições	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7	-107,1	-373,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0
I.3. Receitas do Banco Central	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0
II.4. Demais	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5	40.335,4	33.353,3	48.325,7	43.924,5	34.291,6	40.047,5
IV. DESPESA TOTAL	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.376,5	34.376,6	31.281,2	37.465,8	33.210,4	33.549,8	53.920,3	32.105,1	30.733,3	36.235,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9	8.414,8	9.208,6	12.984,7	10.223,0	8.829,4	9.768,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4
IV.3. Custeio e Capital	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.510,0	11.410,6	10.180,7	9.797,2	11.257,0	10.801,3	21.157,3	8.599,8	8.443,6	11.008,4
IV.3.1. Despesa do FAT	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.271,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	30,9	355,2	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	331,4	348,9	532,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.012,0	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.364,5	6.227,2	8.155,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4
IV.5. Despesas do Banco Central	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2	127,9	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	7.260,3	14.726,0	2.943,8	6.072,0	3.022,9	6.346,5	501,7	7.124,9	-196,5	-5.594,6	11.819,5	3.558,3	3.812,5
V.1. Tesouro Nacional	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.574,2	6.372,7	8.536,2
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4
V.3. Banco Central ⁶	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	350,3	179,3	284,5	259,6	258,6	307,5	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-1.996,1	1.406,5	-82,6	545,5	319,5	573,7	-671,6	459,4	39,3	-224,9	-112,0	-1.157,2	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0
RMV ⁴	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	41.710,1	41.830,1	47.217,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.277,2	47.698,7
I.1 - Recolhimento Bruto	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7
I.5 - Receita do Salário Educação	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.602,2	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.436,9	11.797,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0
II. DESPESAS	37.419,0	47.470,9	47.514,7	49.308,6	54.486,0	49.391,4	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	50.423,3	44.660,9	51.416,4
II.1 - Liberações Vinculadas	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.343,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0
II.1.4 - Outras Vinculações	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.495,1
II.2 - Liberações Ordinárias	30.683,0	37.268,5	37.408,4	39.620,6	45.789,3	39.921,6	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	40.858,1	34.596,4	43.072,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.334,5	7.642,0	8.143,3	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,6	8.524,8	9.743,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4
i) Dívida Contratual Interna	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4
ii) Dívida Contratual Externa	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.962,4	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.847,7	6.672,5	6.637,9	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1	6.593,6	8.294,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	266,0	555,1	438,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	4.291,1	-5.640,8	-297,4	-2.315,1	-10.498,1	-2.408,9	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-9.233,5	3.616,3	-3.717,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5
V. DESPESAS	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6
V.1 - Amortização da Dívida Interna	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3
V.1.2 - Dívida Contratual	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	9.658,7	-49.086,0	-28.880,3	36.487,3	-25.455,6	10.098,1	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-12.328,5	35.818,9	4.882,7



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1
I.1. Emissão de Títulos	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3
I.4. Resultado do Banco Central	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0
II.1. Resgate de Títulos	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0
II.2. Encargos da DPMF	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0
III. RESULTADO (I - II)	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	162,8	219,7	118,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	150,0	324,5	120,0
IV. PRONAF	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	80,2	29,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	2.250,4	2.242,7	2.209,0
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	46,6	-0,2
V. PROEX	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	1.973,6	1.973,6	1.973,2
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6
XII. TOTAL	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	143,1	248,9	359,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. DÍVIDA INTERNA	401.588,1	377.515,9	377.163,0	390.590,8	378.996,5	408.783,3	428.283,6	428.636,8	453.351,9	467.634,6	443.923,1	478.674,8	499.642,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2
Dívida Bancária	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.965,4
INSS	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6
Lei 7.976/89	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6
Bônus Renegociação	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7
Lei 8.727/93	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.527,4
Lei 9.496/97	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-40.956,2
Recebíveis das Estatais	-36.414,6	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3
Outros	-43.063,5	-42.855,1	-42.071,1	-42.088,8	-42.274,3	-41.726,6	-41.233,7	-41.323,7	-41.686,7	-41.827,1	-41.863,1	-41.290,7	-41.285,3
Fat	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3
Demais Entidades	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.036,4	-56.259,6
Créditos das Operações Oficiais	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1
Arrecadação a Recolher	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.025,4
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4
Dívida Mobiliária	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4
Títulos Depositados em Garantias	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5
Disponibilidades	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	553.311,1	513.229,4	529.235,9	530.519,6	519.628,8	544.442,1	567.243,1	566.445,3	593.558,9	606.584,4	580.972,2	615.976,2	631.918,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,2%	23,4%	23,9%	23,9%	23,2%	24,1%	25,0%	24,7%	25,7%	26,1%	24,8%	26,2%	26,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7
Brazil Investment Bond (BIB)	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7
Par Bond (PB)	2.465,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.685,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	671,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.138,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.534,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	535,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6	107.193,0	103.636,7
A-Bond	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4
Euro 2006	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5
Euro 2009	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	735,4	718,5
Euro 2010	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1
Euro 2011	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9
Euro 2012	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9
Euro 2015	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1
Euro libra 2007	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	591,1	575,7	600,6	591,1	586,8	585,6	568,0
Euro lira 2017	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9
Global 2007	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3
Global 2008	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1	3.227,4
Global 2009	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.598,2	2.598,2
Global 2010	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.946,4	2.811,1
Global 2011	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3
Global 2012	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3
Global 2013	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7
Global 2014	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.509,2	2.503,6	2.493,6	2.485,9	2.406,4
Global 2015	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8
Global 2017													
Global 2019	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3
Global 2020	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.625,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4
Global 2024	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7
Global 2025	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0
Global 2027	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4
Global 2030	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8
Global 2034	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6
Global 2037	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0
Global 2040	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022													
Global BRL 2028													
Marco Alemão 2007	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-
Marco Alemão 2008	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	922,0	900,7
Samurai 2007	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5
V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,9%	6,2%	6,9%	6,3%	6,3%	6,0%	6,1%	6,0%	6,1%	6,0%	5,9%	5,8%	5,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9
Par Bond (PB)	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4
Global 2017	-	3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6
Global BRL 2028	-	-	-	-	1.507,3	2.280,1
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5
V. TOTAL (I+II+III+IV)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,2%	6,2%	6,0%	6,0%	5,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5
I. Dívida em Mercado	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2
Dívida Securitizada	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7
TDA	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7
LTN	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0
LFT	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0
LFT-A	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7
LFT-B	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1
NTN-A	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4
NTN-B	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0
NTN-C	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5
NTN-D	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8
NTN-F	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3
NTN-I	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4
NTN-P	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2
CFT-A	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7
CFT-D	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4
Demais	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2
II. Dívida com BACEN	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3
LTN	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9
LFT	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7
NTN-D	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0
Demais	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7
Dívida em Mercado/PIB	46,5%	45,6%	45,1%	45,7%	45,2%	45,9%	46,7%	46,5%	47,2%	47,4%	46,9%	48,0%	48,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mar/2006	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2007
I. INTERNA	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.305,5	-177.315,1	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.302,3	-187.779,9	-189.299,7	-190.230,0
Dívida contratual	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	216,9	209,4
FAT	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3
Aplicações financeiras	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8
Fundos Regionais	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.664,7
Demais	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6
II. EXTERNA	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5
Disponibilidades	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.618,1	-177.643,5	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.548,7	-188.059,2	-189.587,4	-190.509,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,6%	-7,8%	-7,8%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,1%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ MARÇO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.016.599,9	153.154,4	58.261,7	55.869,6	97.907,8	957.984,7	694.417,8	161.396,3	56.750,6	54.395,7	46.818,9
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.313,0	457,4	388,4	388,4	37,6	2.386,3	2.316,3	505,2	410,5	410,5	8,1
Advocacia-Geral da União	80.606,3	17.538,2	13.516,9	12.353,3	9.795,7	120.605,2	100.008,8	16.934,6	10.135,2	10.073,4	5.128,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.779,8	104.109,0	84.553,7	69.460,7	62.788,0	937.072,0	698.072,7	184.213,3	98.523,4	82.296,5	51.840,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.237.831,0	294.622,2	243.518,0	195.622,7	152.950,4	2.712.257,3	2.306.445,1	518.622,8	372.434,6	203.068,1	199.249,4
Ministério da Fazenda	1.829.159,4	223.721,7	188.205,8	170.375,9	39.648,3	2.206.335,0	1.976.823,7	491.401,7	209.600,4	204.161,3	110.941,1
Ministério da Educação	7.175.308,8	1.115.540,7	673.831,7	639.868,9	645.400,5	8.103.908,5	7.972.538,0	2.556.285,3	672.607,1	634.369,2	827.816,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	449.918,3	91.738,9	70.538,0	70.443,3	13.048,7	483.217,3	446.480,5	130.386,3	79.342,3	79.158,8	16.676,3
Ministério da Justiça	867.725,4	109.151,4	80.650,2	78.000,7	99.077,9	1.157.521,7	877.563,1	213.894,9	126.377,9	111.144,0	49.231,5
Ministério de Minas e Energia	467.101,0	55.584,3	36.451,5	34.187,0	20.496,2	592.084,1	349.489,0	103.442,0	52.364,3	48.088,7	35.160,6
Ministério da Previdência Social	886.844,0	155.749,3	126.462,9	113.071,0	82.469,0	1.424.259,5	1.046.770,8	376.053,5	219.075,2	163.722,3	58.389,1
Ministério das Relações Exteriores	871.693,7	93.571,6	81.422,0	81.373,3	84.066,0	949.140,6	754.708,4	157.324,2	147.092,7	147.003,2	7.831,1
Ministério da Saúde	34.150.386,6	12.586.068,6	6.961.929,5	6.878.634,8	855.178,1	36.851.949,7	32.575.856,2	11.081.248,0	7.047.344,6	6.955.746,2	1.305.403,0
Ministério do Trabalho e Emprego	625.840,9	63.542,6	42.639,8	39.082,6	56.759,2	837.324,2	683.100,0	136.734,9	55.797,3	55.533,8	25.007,3
Ministério dos Transportes	781.864,1	70.305,7	34.054,3	31.654,3	43.301,4	871.479,6	592.045,1	119.573,7	38.339,4	35.410,5	90.281,3
Ministério das Comunicações	330.401,7	44.282,9	19.893,0	19.891,3	20.546,5	436.595,4	254.980,9	51.206,5	25.088,7	25.061,9	24.233,3
Ministério da Cultura	328.207,4	36.114,3	19.401,7	18.912,3	48.653,9	396.513,8	303.135,8	80.643,1	23.646,8	23.151,2	52.727,2
Ministério do Meio Ambiente	396.287,8	53.434,1	36.736,4	36.142,3	40.159,1	581.050,2	401.775,7	71.093,0	30.788,5	30.412,8	23.529,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	509.096,1	49.055,8	39.123,0	36.285,9	41.081,4	920.507,4	410.674,3	73.734,7	39.185,2	38.317,4	25.864,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	602.911,7	67.514,4	32.363,4	32.330,7	61.985,2	651.340,2	552.376,5	102.503,3	37.680,4	37.596,7	56.350,9
Ministério do Esporte	108.420,3	8.236,1	3.243,5	3.243,5	15.200,0	444.140,0	266.865,6	67.325,8	5.420,1	5.420,1	84.776,5
Ministério da Defesa	3.676.416,7	593.165,0	344.829,0	293.080,3	293.444,5	4.265.138,4	3.892.571,2	796.289,9	321.314,1	262.796,8	294.753,1
Ministério da Integração Nacional	285.359,1	34.507,1	19.282,5	17.934,3	31.584,8	290.093,9	201.466,4	80.584,5	17.521,7	16.867,0	28.216,8
Ministério do Turismo	234.573,2	31.309,9	9.368,0	9.208,7	20.265,5	377.301,9	227.166,0	68.725,4	12.869,6	12.283,3	30.054,5
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	8.086.354,8	2.200.424,3	1.713.833,7	1.712.150,0	65.003,5	10.522.498,6	10.372.276,3	4.024.250,0	2.373.706,7	2.369.940,2	93.093,5
Ministério das Cidades	406.193,9	69.352,2	40.772,4	36.461,6	25.567,0	441.177,1	313.163,2	66.924,9	35.243,7	25.738,4	27.555,1
Encargos Financeiros da União	371.900,0	44.158,3	23.263,7	19.535,3	29.807,5	394.700,0	379.738,9	145.185,8	28.957,3	25.899,4	36.605,3
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	48.319,1	12.542,1	12.535,0	12.535,0	4.044,3	119.371,4	67.871,4	13.731,5	12.821,5	12.821,5	7.086,4
Operações Oficiais de Crédito	65.094,0	16.253,7	3,7	3,7	-	56.894,0	46.710,2	56.701,6	8.548,3	8.548,3	-
TOTAL	67.654.508,0	18.395.206,2	11.011.073,2	10.718.101,4	2.960.267,8	78.104.847,5	68.767.407,8	21.946.916,6	12.158.988,0	11.679.437,0	3.614.629,4

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ MARÇO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	78.986,8	-	-	-	26.443,1	163.938,0	80.217,9	1.366,2	112,5	112,4	26.046,0
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	-	-	-	-	213,7	70,0	-	-	-	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	-	-	-	3.755,4	10.194,8	5.757,3	50,0	-	-	1.027,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	114.522,0	-	-	-	32.694,5	534.861,0	138.630,9	2.450,5	53,2	34,6	25.492,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	401.565,0	-	-	-	54.794,3	1.038.166,8	1.026.360,3	153.378,4	23.006,8	10.250,1	114.043,5
Ministério da Fazenda (3)	325.831,3	51,0	23,1	23,1	42.581,8	54.867,1	24.268,3	1.602,3	1.006,8	672,7	55.284,8
Ministério da Educação	836.706,7	-	-	-	250.032,7	1.579.161,4	1.061.507,5	22.898,8	2.902,5	2.702,3	291.051,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	30.436,6	-	-	-	4.794,0	97.059,1	23.625,3	60,2	5,7	5,3	20.249,7
Ministério da Justiça	436.404,6	-	-	-	91.697,6	815.618,5	543.179,0	30.800,8	4.009,9	9,9	63.650,9
Ministério de Minas e Energia	41.402,7	-	-	-	2.538,5	47.596,3	34.051,6	1.351,8	13,6	13,6	6.461,1
Ministério da Previdência Social	297.966,2	-	-	-	17.865,1	46.040,5	37.733,3	4.752,0	290,0	35,9	21.796,0
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	-	-	-	1.169,3	42.159,2	28.541,1	21,3	21,3	21,3	1.091,5
Ministério da Saúde	1.899.599,9	-	-	-	315.739,9	3.772.633,0	2.250.585,9	93.555,3	9.716,0	9.582,6	442.009,8
Ministério do Trabalho e Emprego	22.165,2	-	-	-	4.025,9	66.485,9	53.333,7	294,2	32,0	31,9	3.448,2
Ministério dos Transportes	3.937.509,8	-	-	-	702.009,9	7.374.130,0	5.499.353,5	396.486,7	13.649,2	8.882,8	561.892,0
Ministério das Comunicações	112.728,3	-	-	-	5.128,5	84.365,3	71.708,3	2.925,3	27,6	27,6	2.959,7
Ministério da Cultura	76.778,8	-	-	-	11.878,6	242.825,2	97.679,0	1.084,3	11,3	10,0	15.057,9
Ministério do Meio Ambiente	61.961,5	-	-	-	7.054,9	70.147,9	36.762,1	266,9	-	-	12.314,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	38.294,9	-	-	-	3.495,8	52.490,1	43.329,1	-	-	-	7.489,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.627.814,6	-	-	-	50.211,5	1.712.444,9	1.521.644,0	383.747,2	1.295,9	1.295,8	97.904,2
Ministério do Esporte	268.665,0	-	-	-	17.454,9	459.268,5	66.723,3	37.227,1	10.368,0	10.368,0	45.274,6
Ministério da Defesa	1.307.777,0	-	-	-	192.384,9	2.756.098,8	1.839.688,5	36.043,2	162,5	128,1	158.159,9
Ministério da Integração Nacional	1.316.284,7	-	-	-	185.462,6	1.802.095,8	616.211,7	4.258,1	1.915,9	1.890,4	129.873,0
Ministério do Turismo	82.693,5	-	-	-	15.370,0	1.366.760,5	172.834,0	51.737,4	-	-	41.416,3
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	123.622,5	-	-	-	8.924,2	241.300,5	123.527,8	15,6	-	-	27.487,6
Ministério das Cidades	670.321,9	-	-	-	126.849,0	3.220.274,3	1.001.302,5	-	-	-	112.404,7
TOTAL	14.152.686,3	51,0	23,1	23,1	2.174.356,8	27.651.197,0	16.398.626,1	1.226.373,3	68.600,6	46.075,1	2.283.886,9

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Março / 2007

Comentários

Em Março de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -18,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.581.953,6 (mil), em Março de 2007, contra R\$ 5.634.684,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116/3173. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Fevereiro	Março	Janeiro a Março	Mar / 2007	Mar / 2007	Jan a Mar / 2007
							Fev / 2007	Mar / 2006	Jan a Mar / 2006
FPM	2.320.698,5	2.192.481,5	7.211.427,8	2.881.898,9	2.343.044,6	7.906.494,4	-18,7 %	6,9 %	9,6 %
FPE	2.216.719,4	2.094.248,1	6.888.319,9	2.752.785,5	2.238.909,0	7.553.106,1	-18,7 %	6,9 %	9,7 %
IPI	169.513,6	158.000,2	527.816,2	191.537,1	174.967,4	564.262,2	-8,7 %	10,7 %	6,9 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Março de 2007 foram efetuados nos dias dias 9, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Março	-18,0 %	-18,7 %	-18,0 %	-18,7 %	-5,0 %	-8,7 %

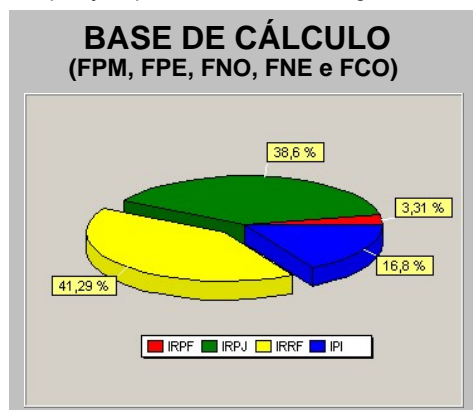
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	abr/mar	mai/abr	jun/mai
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	18,0 %	4,0 %	-3,0 %
IPI-EXP	16,0 %	-9,0 %	12,0 %

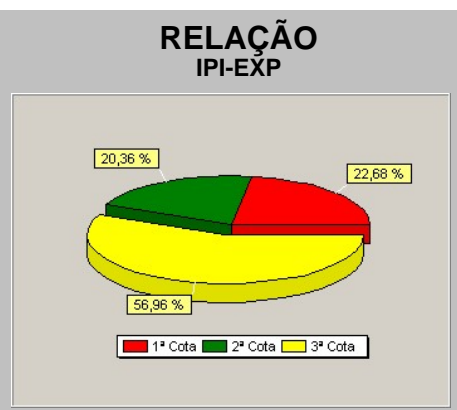
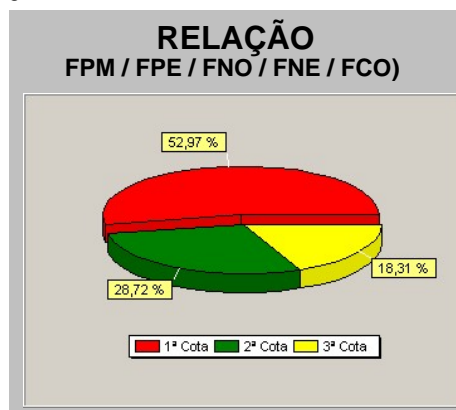
Composição dos Fundos

Em Março de 2007 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2007 a 20/03/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Fev/3º DEC	476.140,3	6.142.948,4	6.619.088,7	Mar/1º DEC	1.186.014,9	1.241.178,4	39.681,5	2.466.874,9
Mar/1º DEC	427.465,3	3.161.313,3	3.588.778,6	Mar/2º DEC	643.040,9	672.949,8	35.625	1.351.615,7
Mar/2º DEC	1.195.834,9	1.091.534,7	2.287.369,6	Mar/3º DEC	409.853,2	428.916,1	99.660,9	938.430,2
TOTAL	2.099.440,5	10.395.796,4	12.495.236,9	TOTAL	2.238.909	2.343.044,3	174.967,4	4.756.920,8
Mar/3º DEC	470.600,8	8.188.706,5	8.659.307,2	Abr/1º DEC	1.551.583,3	1.623.750	39.219,9	3.214.553,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
Acre	AC	12.367	76.593	28
Alagoas	AL	55.813	93.141	517
Amazonas	AM	32.251	62.475	4.667
Amapá	AP	8.010	76.392	166
Bahia	BA	210.847	210.372	13.687
Ceará	CE	122.541	164.267	1.617
Distrito Federal	DF	4.753	15.453	109
Espírito Santo	ES	40.747	33.584	7.932
Goiás	GO	84.591	63.654	1.787
Maranhão	MA	97.866	161.609	1.830
Minas Gerais	MG	307.750	99.732	20.073
Mato Grosso do Sul	MS	34.584	29.822	1.189
Mato Grosso	MT	43.177	51.672	1.625
Pará	PA	84.775	136.842	7.104
Paraíba	PB	75.755	107.219	459
Pernambuco	PE	113.291	154.489	1.284
Piauí	PI	62.153	96.752	50
Paraná	PR	159.402	64.552	17.728
Rio de Janeiro	RJ	68.574	34.204	22.841
Rio Grande do Norte	RN	58.171	93.539	617
Rondônia	RO	21.370	63.039	269
Roraima	RR	14.367	55.541	12
Rio Grande do Sul	RS	156.131	52.722	21.411
Santa Catarina	SC	90.764	28.654	12.838
Sergipe	SE	33.221	93.033	92
São Paulo	SP	313.767	22.389	34.993
Tocantins	TO	36.008	97.169	43
Total		2.343.044	2.238.909	174.967

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	28/08/2006
Agosto	2006	20/09/2006
Setembro	2006	24/10/2006
Outubro	2006	24/11/2006
Novembro	2006	20/12/2006
Dezembro	2006	13/02/2007
Janeiro	2007	05/03/2007
Fevereiro	2007	02/04/2007

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3173 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br